

# PIBID E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: EFEITOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Simone Barreto Anadon; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves

Eixo temático: Currículo e Percursos Formativos

**Resumo:** Analisa-se os Programas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica, como políticas nacionais para a formação inicial de professores. Problematiza-se que ao disputar significados nos currículos dos cursos de formação de professores e professoras, e ao alinhar a formação à Base Nacional Comum Curricular, o PIBID e a RP, configuram estratégias de controle do trabalho docente, determinando o ser e o fazer dos professores e das professoras no Ensino Superior.

**Palavras-chave:** formação de professores; políticas curriculares; trabalho docente

## Considerações Iniciais

A formação inicial e continuada de professores e professoras da Educação Básica tem sido alvo de agendas políticas nas diferentes esferas administrativas em todo país. A preocupação com a docência emergiu no bojo da reforma educacional, de cunho neoliberal, iniciada nos anos finais da década de 1980. Identificados como um dos principais responsáveis pela qualidade da educação nacional, a docência brasileira tem ocupado as atividades de políticos e pesquisadores, de estudiosos e de toda sociedade na mesma medida.

De um lado, encontram-se os que apontam a negligência dos professores e professoras na administração da própria carreira o que, segundo eles, acarretaria um descompasso entre o progresso tecnológico e a formação profissional dos docentes. O argumento central é de que as escolas e as práticas pedagógicas perderam espaço no cotidiano de crianças e adolescentes em muito, porque os professores e professoras não se reinventaram no exercício de seu ofício. Há, a necessidade de reconhecer que a escola, seus rituais, o papel de cada sujeito no processo de aprender e ensinar ficou deficitário em relação aos progressos evidenciados em tantas outras área e campos profissionais.

De outro lado, há argumentos que dizem sobre a fragilidade dos investimentos realizados pelo Estado que não reconhece a educação como prioridade. O argumento reside em reconhecer a excessiva responsabilização dos docentes pelos índices de fracasso da educação pública nacional. Defendem que caberia ao Estado dar condições tanto para que os professores e professoras possam se qualificar para o ensino, quanto, para atender as

demandas de condições de trabalho e de infraestrutura para que as instituições de ensino pudessem efetivar um processo educacional de qualidade.

Todavia um argumento une as duas posições, qual seja, o da necessidade de políticas de formação inicial e continuada para os docentes. Investimentos significativos foram realizados nas duas últimas décadas e todos os empreendimentos tiveram e têm impacto nos processos de constituição da docência. São processos que disputam as subjetividades professorais procurando construir docentes de uma forma bastante particular.

Esse trabalho, em especial, procura problematizar o impacto de dois programas desencadeados pelo governo federal que atingem os cursos de Licenciaturas. Trata-se de programas que incidem nos currículos dos cursos e na prática docente no Ensino Superior. Nessa perspectiva, entende-se importante problematizar os possíveis efeitos de tais programas nos cursos e no fazer e ser dos professores e professoras das Licenciaturas.

O processo investigativo procurou identificar nos slides apresentados pelo Ministério da Educação na cerimônia de lançamento dos programas e no texto dos editais, o discurso a instituir a docência e o ensino na Educação Superior. Esse percurso analítico assume que ao promover uma proposta de formação para as licenciaturas, os programas incidem na constituição do ser e do fazer, não apenas dos licenciandos, mas, especialmente, na docência dos professores e professoras formadoras. Inicialmente, faz-se um registro sobre as principais questões que permeiam hoje o campo da formação de professores e, em seguida, a escrita aponta para o discurso instituinte presente no *corpus* analítico.

### **PIBID e RP como referência de política de formação docente**

Nas duas últimas décadas pode-se afirmar que foram inúmeros os investimentos em formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. A centralidade da formação de professores nas políticas educacionais pode ser reconhecida nos diferentes processos desenvolvidos que compreendem tanto o espectro de programas e projetos, quanto a dimensão legal em termos de Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa direção, pode-se citar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, lançado em abril de 2007 como um marco de tais investimentos. O PDE viabiliza as ações previstas no Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação”, instituído pelo Decreto n. 6094/2007. Esse documento compreende as 28 diretrizes e metas a serem cumpridas pelas instituições de ensino, pelos municípios e pelos estados.

Após a adesão dos entes federados ao Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação”, o Ministério da Educação disponibiliza a necessária assessoria técnica para que

cada unidade elabore um Plano de Ações Articuladas - PAR. O Plano configura um instrumento construído após a divulgação das avaliações nacionais e dos dados do Censo Escolar.

Para que esses Planos pudessem ser levados a efeito fez-se necessário fortalecer a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios na gestão do sistema educacional. Nessa direção, pode-se citar o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação subsidiou essa relação, uma vez que estendeu o aporte de recursos contemplando a Educação Básica como um todo e não apenas o Ensino Fundamental, como o fazia anteriormente o FUNDEF. O FUNDEB significou avanço, uma vez que, equalizou o curso aluno no país em toda a Educação Básica, considerando as necessidades e as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino.

No ano de 2009, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, foi instituída por meio do Decreto nº6.755/2009. O objetivo desta política consistia em garantir a organização da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da Educação Básica, desde a previsão de colaboração entre a União, os Estados e os municípios. A instituição da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, vinculou-se aos pressupostos expressos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Nesse sentido, cabe destacar que o Plano de Metas prevê no parágrafo único do artigo 3, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, como indicador do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso. Articulada a essa meta as diretrizes afirmam a necessidade de “instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação” (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, o Decreto nº6755/2009 atribuiu a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, a responsabilidade de coordenar as ações da formação dos docentes da Educação Básica. Desde então, a CAPES e o Ministério da Educação estimularam a formação inicial e continuada através de cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização e graduação através do Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR, da Rede Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - RENAFOR e pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Percebe-se que foram significativos os investimentos no campo da formação docente. Todavia, não se pode desconsiderar que as políticas sempre partiram do discurso que construiu os e as docentes do país como despreparados e, os cursos de formação como pouco

efetivos em termos de competências para o exercício do magistério. Para autores como Shiroma, Michel, Campos e Evangelista (2017), a constante desqualificação dos professores e das professoras constituiu-se como estratégia constante para mobilizar as políticas educacionais.

Entre esses investimentos, merece especial atenção, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, o PIBID. O programa “foi criado para valorizar o magistério, elevar a qualidade das ações acadêmicas e superar os problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas com baixo rendimento educacional” (BRASIL, 2015). Destaca-se que o PIBID teve sua primeira edição no ano de 2007, através de Chamada Pública MEC/CAPES/FNDE n. 01/2007, mas, também, é parte da Política Nacional de Formação de Professores. Em sua gênese, o PIBID compreendia, nessa ordem de prioridade, os cursos de Física, Química, Matemática e Biologia para o Ensino Médio; ciências e matemática para o Ensino Fundamental e de forma complementar para a licenciatura em Letras (língua portuguesa); licenciatura em Educação Musical e Artística; e demais licenciaturas. Após sua implementação, o Programa foi ampliado e passou a atender as demais licenciaturas, incluindo projetos interdisciplinares. Em dez anos de existência, o PIBID tornou-se um dos maiores programas a articular formação inicial e continuada de professores.

A Resolução CNE/CP n. 02/2015, aprovada em junho de 2015, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. O novo ordenamento legal procurou dar organicidade no que diz respeito à formação inicial e continuada de professores, e reafirmar a valorização dos profissionais docentes.

Considera-se que as diretrizes configuram avanço no campo da formação docente. O documento orientador aponta concepções consistentes de docência, de prática pedagógica, e de valorização profissional para a formação inicial e continuada. Tais concepções denotam articulação com demandas históricas tanto dos docentes da Educação Básica, quanto dos estudiosos da área.

A legislação ampliou a carga horária dos cursos de licenciatura de 2800 horas para 3200 horas. E entre outras mudanças, pode-se mencionar que, a Resolução CNE/CP n. 2/2015, propôs às universidades a construção de um projeto institucional, que apresente a política para formação de professores da instituição, dando visibilidade às licenciaturas e procurando fortalecer a identidade das mesmas. Mesmo considerando-se os avanços da nova legislação, houve muita resistência. As instituições privadas preocupadas com o aumento dos custos com as licenciaturas, resistiram às mudanças. Já, na rede federal, a ampliação de carga

horária não foi seguida de aumento no número de vagas docentes o que tem criado entraves para a implementação da referida Resolução.

Nesse contexto, cabe situar que no ano de 2014, destaca-se o início do movimento para construção da Base Nacional Comum Curricular - BNCC<sup>1</sup>. O Ministério da Educação considera a Base como uma normativa que fixa as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas em todas as etapas e modalidades de ensino. Segundo os proponentes da BNCC, trata-se de uma forma de equalizar o acesso aos conhecimentos escolares, garantindo a todos e a todas oportunidades semelhantes de aprender.

Durante o governo Dilma foram apresentadas duas versões da BNCC que se caracterizavam por ter como princípios os direitos de aprendizagem. Organizado por áreas de conhecimentos e por seus respectivos componentes curriculares, as primeiras versões, foram construídas no diálogo com as instituições de Ensino Superior, com professores e professoras da Educação Básica, com pesquisadores e pesquisadoras de entidades científicas considerando representações de todas as regiões do país.

Todavia, a terceira versão do documento, encaminhado ao Conselho Nacional de Educação - CNE, em abril de 2017 após a deposição do governo Dilma, trouxe significativas alterações. A nova versão da BNCC tem concepções diversas daquelas expressas inicialmente e construída coletivamente. Exemplo de alteração que marca a BNCC apresentada é a noção de Educação Básica que separa o Ensino Médio das demais etapas de ensino. A ênfase nos referenciais de competências e habilidades é outro ponto que se coloca como diferença retomando os discursos tecnicistas orientadores dos Parâmetros Curriculares Nacionais na década de 1990. Importante dizer que o texto da BNCC deixa explícito em seu texto sua intenção de alinhar “políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BRASIL, p. 6, 2017).

Além de dar continuidade a discussão da BNCC, no início do ano de 2018, o MEC, apresentou a sociedade brasileira os investimentos que seriam realizados em termos de formação de professores. Entre eles, a continuidade do PIBID e a instituição do novo programa Residência Pedagógica. É sobre os possíveis efeitos destes no ser e no fazer de professores e professoras no Ensino Superior que tratar-se-á a seguir.

---

<sup>1</sup> Importante dizer que a proposta de Base Nacional Comum Curricular não parte dos anseios do Ministério da Educação, a mesma foi induzida pelo “Movimento todos pela Base” do qual participam diferentes segmentos da sociedade, em especial empresários, que pressionou o Ministério. Até 2013, o MEC entendia que a base da qual a constituição e a própria LBB mencionam seriam as Diretrizes Curriculares Nacionais.

## **Políticas anunciadas: efeitos nas Licenciaturas**

Em outubro de 2017, o Ministério da Educação, lançou, por meio de slides, a Política Nacional de Formação de Professores. Anunciada como inédita, pelo então ministro Mendonça Filho, a política anunciava o investimento de R\$2 bilhões, envolvendo a construção de uma Base Nacional Docente e a melhora da formação inicial e continuada de professores e professoras da Educação Básica.

Na ocasião, o destaque do ministro era que o investimento teria efeitos imediatos nas salas de aula, uma vez que se centrava na qualidade do ensino especificamente. Mendonça Filho, afirmava a valorização dos docentes como um compromisso do governo. Nessa direção, enfatizava que a necessidade de dar atenção a formação inicial, para tanto, destacava a Residência Pedagógica como instrumento de melhoria na formação docente.

Nesse momento, a Residência Pedagógica foi apresentada como alternativa de modernização do PIBID. Tratava-se também de um programa que tinha como premissa a parceria entre as instituições de Ensino Superior e as redes públicas de ensino.

O lançamento da Residência Pedagógica como um Programa substitutivo do PIBID gerou um movimento nacional de resistência liderado pelo FORPIBID - Fórum Nacional do PIBID. Os professores e professoras, coordenadores e coordenadoras e estudantes de todas as regiões do país que concluíam, naquele momento, as atividades do último Edital PIBID, reivindicavam a manutenção do Programa. Organizados, o grupo defendia os resultados obtidos em dez anos de PIBID e os impactos registrados entre os licenciados na última década. Diante do movimento, o governo federal recuou. A manutenção do PIBID foi garantida, mas não sem as restrições de um novo formato.

Destaca-se que não houve qualquer documento assinalando as concepções acerca da política ou mesmo da formação docente na qual poderia ancorar-se as propostas. Os slides apresentados, pela então Secretária do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, traziam um panorama da Educação Básica brasileira e apontavam os novos investimentos, constituindo junto com os Editais dos Programas de março de 2018, os únicos discursos oficiais sistematizados sobre a formação inicial e continuada de professores.

O discurso oficial, já no primeiro slide, afirma em letras garrafais que “A qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor”. A argumentação é a de que entre “os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem mais peso na determinação do desempenho dos alunos (GUIMARÃES, slide 1, 2017)”.

Na sequência do material, são apresentados dados quantitativos que indicam a situação das Licenciaturas no país. A análise do MEC afirma que os resultados denotam o baixo

desempenho dos estudantes e a baixa qualidade da formação de professores. Segundo o Ministério, essa configuração dá-se em razão da manutenção de currículos extensos e demasiadamente teóricos, com ausência de atividades práticas. Outra conclusão oriunda desses dados é que há poucos cursos direcionados a aprofundar conhecimentos da formação na Educação Infantil e no ciclo da alfabetização, considerando ainda que os estágios curriculares ocorrem sem planejamento e sem articulação com as instituições de ensino.

Apresenta-se então o que se considera as dimensões da Política de Formação, quais sejam, a Formação Inicial e a Formação Continuada. Como foco deste trabalho, centra-se especial atenção aquelas iniciativas direcionadas à Formação Inicial, quais sejam, o anúncio da Base Nacional de Formação Docente, da Residência Pedagógica, das vagas para a Universidade Aberta do Brasil - UAB e das vagas Programa Universidade para Todos - PROUNI.

A Base configura a referência para os currículos de formação de professores e professoras em todo país. Segundo a Secretária, a proposta está em elaboração e deve ser articulada com estados e municípios, tendo prevista consulta pública para janeiro de 2018. Até esse momento, julho de 2018, nenhum documento foi apresentado.

As vagas na UAB devem ser retomadas com anúncio de novo edital. Já as vagas do PROUNI são potenciais espaços de formação que deverão ser redimensionados de modo a flexibilizar o ingresso de novos estudantes, inclusive, 2ª Licenciatura.

A novidade no que diz respeito a qualificar a Formação Inicial advém mesmo da iniciativa denominada de Residência Pedagógica. No momento dessa apresentação, definia-se o Programa como a modernização do PIBID, ou seja, um substitutivo que deveria ter início no segundo ano da graduação e desenvolver-se até o momento do estágio curricular. A adesão ao Programa deveria ser realizada pela Instituição de Ensino Superior em convênio com as redes públicas de ensino. O Programa previa avaliação periódica e um investimento em termos de recursos financeiros de 80 mil bolsas.

No entanto, a partir do anúncio do governo federal, mobilizações em torno da defesa do PIBID foram evidenciadas em todas as regiões do país. O FORBIPID, articulou audiências nas regiões e no legislativo em Brasília. A pressão resultou em uma reconfiguração da Residência Pedagógica e na manutenção do PIBID, mas, com restrições em relação ao último edital. Problematizar os editais e seus possíveis efeitos nos cursos de Licenciaturas, é o que se procura desenvolver na próxima seção.

### **Efeitos da política no trabalho docente**

Os Editais nº06/2018 e nº7/2018 que instituem respectivamente a RP e o PIBID, são anunciados como potentes indutores de currículos específicos. Nesse sentido, defende-se nesse trabalho, que ambos os Programas, incidem sobre a noção de conhecimento válido, sobre o ensinar e o aprender nos cursos de formação de professores e, conseqüentemente, sobre o ser e o fazer docente no Ensino Superior.

Em um primeiro momento o alinhamento com a BNCC, previsto em ambos os editais, incide diretamente na autonomia das universidades em relação aos currículos dos cursos de Licenciatura. Os editais reforçam o discurso de que é preciso aumentar a perspectiva prática no campo da formação, aprender fazendo. No caso dos Programas, a ideia é preparar os estudantes para que possam desenvolver as habilidades, as competências e os conteúdos previstos na BNCC e que farão parte da avaliação externa.

Defende-se a entrada dos estudantes no *lócus* de atuação desde os primeiros anos do curso, para que possam vivenciar o cotidiano da escola e do ensino. Ainda que esse discurso vá ao encontro das pesquisas e mesmo da maioria dos movimentos de alteração curricular dos cursos de Licenciatura, os Programas definem a forma dessa entrada, dizendo inclusive do perfil dos estudantes aptos para a experiência.

Pode-se inferir que a crescente supremacia da prática nos currículos dos cursos leve ao esvaziamento daquelas áreas fundamentais que problematizam os processos de ensinar e de aprender. Trata-se da prática como indutora de currículos mais tecnicistas, que vão incidir na formação de professores e professoras como tarefeiros e, mais diretamente, no controle do fazer do professor formador.

Os editais prescrevem objetivos que devem estar no foco da formação dos docentes. Para os proponentes dos Programas a formação deve primar por projetos que: "... fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente (edital 6/2018)"; procurando: "... inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas... (edital 7/2018)".

A relação com as redes básicas de ensino deve ser empreendida compondo com esta um processo de co-formação. O que se percebe, é um exercício de responsabilização dos professores e professoras da rede e dos docentes da universidade pela formação inicial. Caberá a esses atores, buscar sucesso, êxito, e a melhoria da qualidade da formação docente e em última análise da qualidade da educação brasileira. Os índices das avaliações do Ensino Superior e da Educação Básica serão contabilizados como sucesso ou fracasso da formação inicial.



Em última instância, a responsabilidade será dos professores e professoras que estarão à frente dos cursos de Licenciatura. Essa dinâmica indutora dos Editais deixa vislumbrar o que Afonso (2004) define como *accountability*. Segundo o autor, instaura-se uma obrigação em responder individualmente questões que envolvem múltiplas variáveis. Os professores e professoras dos cursos de Licenciatura irão vivenciar um intenso processo de responder aos déficits educacionais a partir de seu envolvimento com a formação inicial e continuada dos docentes.

Pode-se dizer que impelidos a participar dos Programas e, a partir destes, comprometidos com mudanças curriculares, os docentes das instituições de Ensino Superior assumem não apenas mais horas de trabalho, assumem, sobretudo, uma carga de responsabilidade maior pelo sucesso da formação de professores e pela melhoria da qualidade da educação nacional. Aos professores e professoras formadoras cabe “vestir a camiseta” da qualidade da educação nacional, restringindo-se essa aos processos formativos. Vê-se a intensificação do trabalho docente a partir do pressuposto de que as subjetividades docentes são construídas desde a missão de recuperar a qualidade da formação.

Essa dimensão da responsabilidade individual pelo êxito da formação dos professores e professoras pode ter como efeito um crescente movimento no qual o profissionalismo cede espaço para a responsabilização e, as práticas colaborativas cedem espaço para comparações de desempenho.

Os editais já no momento de inscrição promoveram no país o escrutínio das realidades institucionais, uma vez que, as universidades e institutos, foram mobilizados a contabilizar, sem considerar as diferenças regionais, o desempenho dos estudantes identificando o número de matriculados e de formandos, colocando as instituições em avaliação e concorrência. Um dos resultados foi punir as instituições que não tinham o número exato de estudantes matriculados, desconsiderando os benefícios que os Programas poderiam trazer para os cursos com dificuldades de manter estudantes. Isso é revelador de uma intencionalidade autoavaliadora e autorreguladora, característica dos pressupostos de performatividade (BALL, 2011).

Conforme Ball (2011), as políticas cerceiam o potencial de ação dos sujeitos induzindo-os a determinados comportamentos pela falta de opções disponíveis. Em particular, os Programas instituídos como políticas de qualificação do ensino apontam para a máxima de responsabilização dos professores e professoras formadoras instituindo pedagogias tecnicistas em que a prática se sobrepõe a teoria e a ação docente se estreita ao ensinar e ao aprender prescrito na BNCC.

Há em curso uma redução gradual da autonomia das instituições de ensino superior e, sobretudo, dos professores e professoras. Os editais utilizam os dados da avaliação externa das universidades como aspecto de classificação dos projetos em disputa dos Programas. Esse é, mais um ponto, a conferir verdade ao discurso que instaura a desconfiança da sociedade sobre o trabalho dos professores e professoras (AFONSO, 2014).

Uma universidade, cujos cursos não foram bem avaliados, está sujeita a ter suas possibilidades de participação nos editais, comprometida. Ou seja, justamente, nos espaços onde deveria ter-se maior preocupação e, conseqüentemente, maior investimento, anula-se oportunidades. Fica evidente que caberá a cada instituição e a cada um e cada uma, professores e professoras, atentar a melhores padrões de desempenho para poder obter chances de ser contemplado com Programas e Projetos do MEC.

Os editais foram construídos tendo em vista o estudante com desempenho padrão nos cursos. O PIBID compreende os primeiros dois anos no curso, já a RP, se destina aos que tiverem cursado 50% da carga horária dos cursos ou, que estejam matriculados no terceiro ano do curso. Essas restrições, que não foram atenuadas mesmo com movimentos nacionais, impossibilitaram estudantes que ficaram a margem da exigência, com, por exemplo, aqueles que estavam com mais ou menos de 50% do curso em andamento. Por esta razão, várias instituições declinaram da participação no Programa de Residência Pedagógica.

De maneira estratégica, o Ministério da Educação, deu visibilidade ao contexto das matrículas nos cursos de Licenciatura das universidades públicas brasileiras. Pelos movimentos de inscrição no Programa, pode-se perceber uma dura realidade que mostra tanto a baixa procura pelas Licenciaturas, quanto, a dificuldade de viabilizar a permanência dos estudantes nos cursos. Constrói-se a partir dessa conjuntura o argumento de que manter o funcionamento dos cursos de Licenciatura em instituições públicas pode ser um investimento de pouco retorno em termos de custo-benefício.

O que se buscou fazer nessa análise foi demonstrar como as políticas públicas dedicadas a formação docente, nesse momento, têm responsabilizado os professores e as professoras do Ensino Superior das redes públicas de forma bastante particular. Parte-se de um discurso que os responsabiliza pela precária formação inicial e ruma-se para comprometê-los a melhoria dessa realidade. Esse é apenas um ensaio de uma investigação maior que busca compreender o papel dos docentes formadores diante das políticas de formação de professores e professoras.

## **Referências**

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas Avaliativas e accountability em educação – subsídios para um debate iberoamericano. In: Sísifo – **Revista de Ciências da Educação**. n.9. mai/ago, 2009.

\_\_\_\_\_. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. In: **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, SP, v.19, n2, p.487-507, jul.2014.

BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen, MAINARDES, Jefferson. (orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Edital **MEC/CAPES/FNDE n. 01/2007**. Brasília, 2007.<sup>[1]</sup><sub>[SEP]</sub> Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital\\_PIBID.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_PIBID.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial n. 6094 de 24 de abril 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 243 de abr. 2007. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, Disciplina a Atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Capes no Fomento a Programas de Formação Inicial e Continuada, e da Outras Providencias. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02/2015**, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. CAPES. **Edital 6/2018**. PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. CAPES. **Edital 7/2018**. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA –PIBID. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-7-2018-PIBID.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GUIMARÃES, Maria Helena. **Política Nacional de Formação de Professores**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category\\_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192/](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192/)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SHIROMA, Eneida, MICHELS, Maria Helena, EVANGELISTA, Olinda e CAMPOS, Rosalba Maria Cardoso. A Tragédia Docente e suas Faces. In. EVANGELISTA, Olinda e SEKI, Allan Kenji (orgs). **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo**. 1. ed. - Araraquara [SP] : Junqueira&Marin, 2017.